



Simonsen



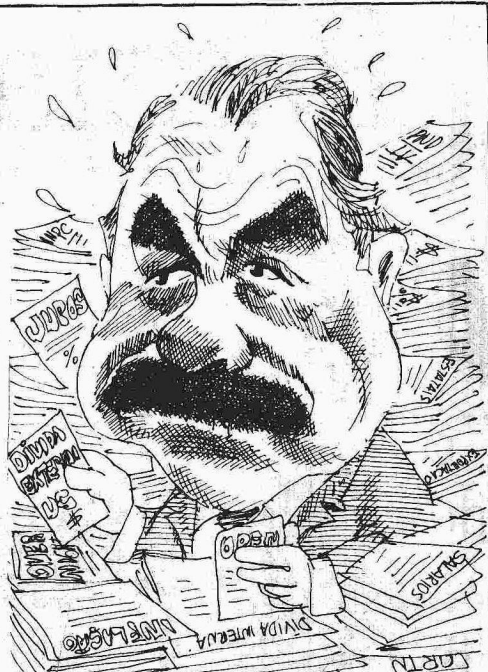
Beluzzo



Cardoso de Mello



Dias Leite



A política econômica posta em cheque. Pelo próprio Sarney.

A princípio, seria apenas uma reunião informal, para avaliação da situação econômica. Mas o convite feito pessoalmente pelo presidente José Sarney a seis economistas fora do governo, de diversas tendências, para que também participem do encontro levantou especulações. Assim, a reunião que acontecerá amanhã, das 8 às 16hs, na Granja do Torto, poderá determinar novidades na condução da política econômica.

Sarney convidou para conversar seis ministros: Francisco Dornelles, da Fazenda; João Sayad, do Planejamento; Olavo Setúbal, de Relações Exteriores; Roberto Gusmão, de Indústria e Comércio; José Hugo Castelo Branco, do Gabinete Civil; e o general Bayma Dennys, do Gabinete Militar. E convidou também um ex-ministro, Mário Henrique Simonsen, além dos economistas Luiz Ganzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Melo, Antonio Dias Leite, Ibrahim Eris e Luiz Paulo Rosenberg.

Segundo um assessor muito próximo de Sarney, o presidente pretende fazer reuniões desse tipo em outros fins de semana, colocando frente a frente membros do governo e representantes da sociedade. O mesmo assessor deu ainda uma declaração que, se verdadeira, significa que o presidente não está satisfeito com os rumos tomados até agora por sua equipe econômica.

"O presidente vai colocar a nu a caótica situação em que se encontra a administração pública brasileira, especialmente no setor econômico, o que o vem deixando de braços atados para solucionar os problemas mais prementes que se lhe apresentam, por falta de recursos."

Segundo o mesmo informante, o presi-

dente Sarney, apesar do otimismo que transmite aos seus assessores mais próximos, aos empresários, trabalhadores e nos pronunciamentos públicos, está supreso com a situação econômico-financeira em que se encontra o País: "Os cofres estão raspados. Por mais boa vontade, por mais autoridade e por maior dinamismo que se imprima à decisão presidencial, a coisa emperra por um motivo simples: não há dinheiro para nada, e o País precisa de quase tudo", diz o assessor.

Por outro lado, segundo a mesma fonte, permanecerão como metas inarredáveis do presidente Sarney o combate à inflação, a austeridade na gestão da coisa pública e a preservação da soberania nacional nas decisões que envolvem o País nas negociações de problemas externos, como é o caso da dívida contraída no Exterior: "Estamos ganhando tempo, e os credores não de entender que não vale a pena agravar a crise interna, que inviabilizaria no presente uma possibilidade de tempos melhores".

No Ministério da Fazenda, durante almoço com jornalistas, o ministro Dornelles se disse otimista com os resultados que poderão surgir dessa reunião, mas negou que ela tivesse sido convocada por Sarney para delinear melhor a política econômica. "Isso é uma distorção", disse o ministro, "o governo está agindo numa linha definida, que já foi reiterada várias vezes."

Dornelles não teria gostado de uma declaração de Simonsen, de que a política econômica precisaria ser melhor definida. O ministro procurou ressaltar que acha a nova prática a ser inaugurada amanhã muito importante e que ela deverá ser repetida não só com análises da área econômica, mas também em todos os setores do governo.

Os homens que vão falar ao presidente

Conheça os economistas que participarão da reunião de sábado

Os economistas vão ao presidente José Sarney no sábado, para conversar sobre a economia brasileira e os caminhos que o governo poderá seguir para enfrentar os grandes desafios que se apresentam. Os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Antonio Dias Leite; os homens de confiança de Ulysses Guimarães — Luiz Gonzaga Mello Belluzzo e João Manoel Cardoso de Melo; e os ex-assessores de Delfim Netto no Planejamento, Ibrahim Eris e Luiz Paulo Rosenberg sentar-se-ão à mesa não só com o presidente da República, mas também com seus ministros Francisco Neves Dornelles, da Fazenda; João Sayad, do Planejamento; Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio; e Olavo Egydio Setúbal, das Relações Exteriores. Poderão estar também ministros da casa, como José Hugo Castelo Branco e um convidado a mais, mencionado pela Gazeta Mercantil de ontem, mas que ainda não confirmara o convite — Yuichi Tsukamoto, professor da FGV-São Paulo e da FEA-USP.

Há um natural retraimento dos convidados em falar acerca de um encontro sem agenda prévia, pelo menos formal. Eris e Rosenberg estariam, ontem, reunidos numa sala a portas fechadas. Belluzzo e Cardoso de Melo iriam jantar fora e chegar tarde. Outro dos convidados pondera que a ausência de agenda limita opiniões solicitadas previamente, enquanto as manifestações posteriores devam caber ao presidente anfitrião.

— A convocação da reunião representa um novo estilo, que combina bem com a imagem da Nova República — afirma Tsukamoto, reiterando que não havia sido convidado e que não tem qualquer indicação de que o será.

— Cada um deve formar suas opiniões, mas deve sair da reunião com a mesma postura, marchando na mesma direção — acrescenta.

Segundo o professor da FGV-SP, "há uma diferença fundamental entre política econômica e economia política. A política econômica indica como atingir certos cenários econômicos e a economia política indica como montar um cenário econômico futuro desejável e viável. Se não montarmos esse cenário econômico-financeiro de consenso e viável, as políticas econômicas podem se encaminhar para diferentes direções".

— Minha opinião — diz Tsukamoto — é de que o encontro deve montar esse cenário econômico de consenso, para onde o governo Sarney quer levar o Brasil. As divergências sobre a política econômica não são o objetivo da reunião. Assim como há consenso sobre a necessidade da Constituinte, mas não sobre sua condução, ainda não sedimentamos o cenário da economia política.

Juros

Mesmo que Sarney conduza a discussão para o futuro, parece improvável que cada um dos economistas deixe de indicar seu diagnóstico e soluções possíveis.

Mário Henrique Simonsen, uma das personalidades mais ouvidas do País, esteja dentro ou fora do governo, tem defendido o

corte do déficit de caixa do Tesouro estimado por Dornelles em Cr\$ 85 trilhões, principalmente pela via fiscal. E, além disso, uma política voltada para a redução da inflação e dos juros reais — que considera insustentáveis para a atividade econômica — e uma desindexação ou providência similar. Essa providência consistiria na adoção de uma nova moeda, fixada com base na ORTN média dos últimos seis meses. A sugestão inicial, dos economistas André Lara Rezende e Pêrsio Arida (este assessorando o ministro Sayad), seria uma forma de desarmar a correção e favorecer a diminuição do déficit público nominal, visível no serviço das dívidas interna e externa e depósitos no Banco Central.

Para a fórmula ser eficiente, porém, é essencial a redução rápida do déficit público, ou seja, a austeridade que continua faltando à Nova República, no plano fiscal, já que o governo gasta mais do que arrecada — Cr\$ 13 trilhões nos primeiros dois meses e meio.

Essa visão crítica do déficit público deverá vir principalmente de Eris e Rosenberg que, enquanto assessores de Delfim, tinham consciência da falta de poder político para determinar um corte nos gastos, principalmente das companhias estatais. Os economistas ligados a Delfim, portanto, poderão favorecer a posição de Dornelles no encontro convocado pelo presidente. Aliás, Eris continua esporadicamente dando uma assessoria informal à Secretaria da Receita, que utiliza seus conhecimentos sobre a área financeira, que o corpo tradicional do Fisco não domina.

Belluzzo e Cardoso de Melo defenderão a ênfase social, a urgência de redimir a pobreza, a necessidade de crescer, atitudes mais duras com os credores externos, colocando em segundo plano uma política de redução do déficit público. Professores da Unicamp, críticos das políticas econômicas clássicas, que dão ênfase aos controles monetários como instrumentos de combate à inflação, deverão aproximar-se mais das posturas de João Sayad, ainda que pareçam enfraquecidas, nas últimas semanas, eventuais divergências essenciais entre os ministros da Fazenda e do Planejamento.

Dias Leite foi um dos maiores críticos à política de Delfim, principalmente pela centralização do comando econômico. Diretor da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, propunha a este governo derrubar em 100 dias a inflação para 30%, mediante um reequilíbrio simultâneo dos preços relativos, entre cujos pontos altos estaria uma reforma monetária, com criação do cruzeiro-ouro, agressiva política tributária, amplo e completo tabelamento dos preços, inclusive juros e estímulos à produção.

Além disso, o ex-ministro de Minas e Energia propôs que o Tesouro pagasse suas dívidas com a Previdência Social transferindo as ações de estatais que estão na lista da privatizáveis. Os dividendos seriam uma reserva técnica para a cobertura de problemas de caixa.

Reunião para melhorar o entrosamento do governo

O entrosamento entre a política externa do Itamaraty e a política econômico-financeira, especialmente com relação aos problemas das exportações e importações com os países da América Latina foi o tema de uma reunião, ontem, do presidente José Sarney com os ministros da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura e Minas e Energia, além do chanceler Olavo Setúbal. A iniciativa reforça a posição brasilei-

ra no campo externo e melhora o desempenho conjunto dos ministérios envolvidos com o setor, segundo Setúbal, que destacou o ineditismo da medida presidencial.

O chanceler disse que o debate foi limitado aos países da América Latina, especialmente a Argentina, por ele visitada há dias. O objetivo desejado por Sarney é que o governo trabalhe em uníssono tanto na área econômica como na política externa.